CLIPPING — COMPLEXSYS E ANDRÉ FELDMAN NA MÍDIA

Dark Horse: SP detecta R$ 13 milhões em notas suspeitas de ONG

Prefeitura de SP detectou inconsistências que vão de falta de detalhamento de gastos a notas canceladas. ONG diz que não foi notificada

Fonte original: Metrópoles. Este documento é uma cópia de arquivo para clipping; o conteúdo pertence ao veículo e não foi produzido por este sistema.

Veículo	Metrópoles (metropoles.com)
Autor	Artur Rodrigues
Data de publicação	06/07/2026 02:40
URL original	https://www.metropoles.com/sao-paulo/dark-horse-sp-detecta-r-13-milhoes-em-notas-suspeitas-de-ong
Relevância	Baixa · Contratos e dinheiro público · Reportagem
Pessoas citadas	Ricardo Nunes, Karina Gama, Jair Bolsonaro
Organizações	Prefeitura de São Paulo, Instituto Conhecer Brasil (ICB), Ministério Público de São Paulo, Complexsys, Prefeitura de SP, Secretaria Municipal de Inovação, Prefeitura de São PauloFabio Arantes
Data da coleta	29/09/2026 10:03
Situação	No ar · última verificação 25/11/2026 13:36
Versões	1

TRECHOS QUE CITAM ANDRÉ FELDMAN / COMPLEXSYS

• Dos R$ 13 milhões, R$ 11 milhões foram com notas da Make One, Ultra IP, Complexsys e Favela Conectada. (defesa/posicionamento)

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.



Imagem: reprodução / Metrópoles

RESUMO

A gestão Ricardo Nunes (MDB) rastreou R$ 13 milhões em notas suspeitas na prestação de contas de um contrato de instalação de pontos Wi-fi pela ONG da produtora do filme Dark Horse.O Instituto Conhecer Brasil (ICB), presidido pela produtora Karina Ferreira da Gama, é alvo de investigação sobre supostos desvios de contrato de R$ 108 milhões com a Prefeitura de São Paulo. Dos R$ 13 milhões, R$ 11 milhões foram com notas da Make One, Ultra IP, Complexsys e Favela Conectada.

A gestão Ricardo Nunes (MDB) rastreou R$ 13 milhões em notas suspeitas na prestação de contas de um contrato de instalação de pontos Wi-fi pela ONG da produtora do filme Dark Horse.O Instituto Conhecer Brasil (ICB), presidido pela produtora Karina Ferreira da Gama, é alvo de investigação sobre supostos desvios de contrato de R$ 108 milhões com a Prefeitura de São Paulo. A Polícia Civil de São Paulo apura se o contrato relacionado ao Wi-fi foi usado para pagar despesas da cinebiografia do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), produzida pela Go Up Entertainment, empresa de Karina.Na quarta-feira (1º/7), a gestão Nunes emitiu uma notificação sobre inconsistências em uma série de notas fiscais apresentadas pela ONG, referentes ao primeiro semestre de 2025. O questionamento da prefeitura aponta desde informações vagas sobre os gastos até notas que acabaram canceladas logo depois da emissão, tornando o gasto nulo.A maior parte dos valores refere-se a despesas com empresas que estão na mira da Polícia Civil em apuração sobre possíveis desvios pelo ICB. Dos R$ 13 milhões, R$ 11 milhões foram com notas da Make One, Ultra IP, Complexsys e Favela Conectada. No caso dessas empresas, o problema encontrado foi a falta de detalhamento dos gastos, uma vez que a prestação de contas não especifica “área geográfica de atuação, os pontos de acesso instalados ou o escopo exato das atividades”.6 imagensFechar modal.1 de 6Jim Caviezel no 1º trailer de Dark Horse, cinebiografia de Jair BolsonaroReprodução2 de 6Cena do 1º trailer de Dark Horse, cinebiografia de Jair BolsonaroReprodução3 de 6Cena do 1º trailer de Dark Horse, cinebiografia de Jair BolsonaroReprodução4 de 6Série de produtora de Dark Horse teve parecer favorável de SPIlustração/ Metrópoles5 de 6Produtora de Dark HorseLara Abreu / Arte Metrópoles6 de 6Polícia investiga desvio em programa Wi-Fi Livre da Prefeitura de São PauloFabio Arantes/ SecomUm pagamento de R$ 500 mil feito

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/ publicador.

à Favela Conectada teve a nota fiscal cancelada pela própria empresa dias após a prefeitura notificar a irregularidade. Após fase de recursos, a ONG pode ser obrigada a restituir os valores. Segundo autoridades do Ministério Público de São Paulo (MPSP), Alex Leandro Bispo, que representa a Favela Conectada, teria entrado para o Primeiro Comando da Capital (PCC) quando cumpriu pena na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, no interior paulista.Em outro caso, a prefeitura identificou três pagamentos à JR Feijão Ltda, empresa do setor alimentício, somando R$ 406.752,50 e todos realizados em 11 de abril. As notas fiscais — emitidas em 10 de abril sob a descrição genérica de “aquisição de material” — foram canceladas pela própria empresa seis dias depois, em 16 de abril. Como as notas perderam validade após o repasse dos valores, a prefeitura classificou os gastos como ilegítimos e determinou devolução dos valores.A prefeitura também questionou dois pagamentos à Talk Comunicações, de R$ 166.666 e R$ 181.818 feitos em março e maio deste ano a título de “contrato de comunicação massificada”, somando R$ 348.484. Segundo a Secretaria Municipal de Inovação e Tecnologia (Smit), as notas de serviço não especificam as praças atingidas nem detalham as campanhas realizadas, o que levou o órgão a exigir do Instituto Conhecer Brasil relatórios de veiculação e comprovantes de mídia para validar a despesa. Leia também BrasilEm carta aos EUA, Flávio associa Master a Lula e omite caso Dark Horse Manoela AlcântaraMendonça manda para a PGR pedido de investigação sobre Dark Horse Manoela AlcântaraPF abre investigação em caso de emendas para ONGs ligadas a Dark Horse São Paulo“Não sou juiz”, diz Nunes sobre suspeitas com ONG de Dark Horse A prefeitura fixou prazo de 30 dias, a contar do recebimento do ofício, para que o Instituto Conhecer Brasil apresente justificativas por escrito e a documentação retificadora referente a todos os itens questionados. Caso contrário, a empresa pode ser obrigada a devolver os valores.Conforme o Metrópoles mostrou, o faturamento do ICB cresceu 170 vezes em três anos. A receita declarada pela entidade passou de R$ 306 mil no fim de 2022 para R$ 54 milhões no fim de 2025. O valor contempla R$ 51,9 milhões em “parcerias e subvenções governamentais“, R$ 2 milhões em “subvenções com educação” e R$ 2,6 milhões em “receita com prestações de serviço“.O que diz o ICBO ICB afirmou ao Metrópoles que não recebeu notificação relativa a valores de R$ 13 milhões em notas suspeitas vinculadas ao contrato de prestação de serviços de Wi-Fi. “Até o momento, toda a nossa prestação de contas junto aos órgãos competentes segue dentro da regularidade, conforme os procedimentos previstos em contrato”, informou.A entidade afirma, ainda, que “permanece à disposição para prestar esclarecimentos às autoridades e aos veículos de comunicação sempre que for oficialmente comunicada sobre qualquer questionamento ou procedimento envolvendo suas atividades”.Prefeitura se manifestaApós a publicação desta reportagem, a gestão Ricardo Nunes enviou nota ao Metrópoles. Leia a nota na íntegra:A Prefeitura de São Paulo informa que a notificação encaminhada ao Instituto Conhecer Brasil em 1º de julho confirma o trabalho sério e rigoroso de fiscalização ativa da parceria, cabendo ressaltar que todos os apontamentos feitos estão dentro do prazo para serem sanados. Além disso, o rito de análise das contas do Termo de Colaboração segue estritamente o que prevê a Lei Federal nº 13.019/2014 (marco regulatório das organizações sociais). Seguem informações:Glosa de valoresNão houve pedido de devolução imediata de valores até o momento. Na notificação feita ao ICB houve a sinalização formal de inconsistências identificadas durante a análise da prestação de contas e a glosa temporária até o prazo final para que a organização se justifique ou regularize a documentação pendente. A avaliação final sobre eventuais glosas definitivas do semestre avaliado (janeiro a junho de 2025), portanto, só ocorrerá depois dessa etapa, conforme prevê a Lei nº 13.019/2014, que rege esse tipo de parceria.Caso Make OneEm relação aos pagamentos feitos à empresa Make One, a SMIT afirma que a apresentação de faturas simples em vez de notas fiscais é considerada regular para fins de prestação de contas. Os apontamentos feitos pela fiscalização ao ICB trata-se de solicitação de informações mais detalhadas sobre a contratação da Make One e não de pedido de notas fiscais, por serem dispensadas. A

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.

entidade está dentro do prazo para resposta.Notas canceladasA fiscalização identificou notas fiscais canceladas referentes a despesas de outras empresas, como Favela Conectada e JR Feijão, e, por essa razão, as despesas correspondentes não podem, por ora, ser consideradas. A organização social foi notificada e tem 30 dias, a partir do recebimento da notificação, para justificar ou corrigir a situação. Importante destacar que essa glosa não é definitiva: enquanto o prazo estiver em curso, ainda cabe manifestação da organização, que pode apresentar justificativa ou documentação capaz de regularizar a pendência.Operação Sem Wi-fiA Operação Wi-Fi, realizada pela Polícia Civil, aponta que a Prefeitura de São Paulo pagou um valor supostamente 230% maior do que o estipulado no mercado em um contrato referente à instalação de pontos de Wi-Fi em comunidades periféricas da capital paulista.Segundo a investigação, enquanto a empresa municipal Prodam cobrava R$ 306, mais R$ 200 pela manutenção mensal por ponto, o acordo com o ICB estipulou o pagamento de R$ 1.800 fixos por ponto, um valor injustificadamente superior aos parâmetros de mercado.Em nota enviada ao Metrópoles, a Prefeitura de São Paulo afirmou que o custo estimado na parceria com o instituto para 2026 corresponde a R$ 1.280 por ponto/mês. A gestão alega que o valor é “significativamente menor do que as propostas recebidas em 2022” que, de acordo com a administração municipal, giravam em torno de R$ 2.026,26 por ponto/mês e R$ 5.092,14 por ponto/mês.Entenda as suspeitasFalta de capacidade técnica: a polícia apontou que o chamamento público teve a participação exclusiva do ICB, uma entidade considerada sem experiência no setor de telecomunicações, com atuações somente em feiras de livros e eventos religiosos.Superfaturamento: enquanto a empresa pública Prodam cobrava R$ 306 pela manutenção mensal por ponto, o acordo com o ICB estipulou o pagamento de R$ 1.800 fixos por ponto, um valor injustificadamente superior aos parâmetros de mercado.Descumprimento de metas e fraude em aditivos: a entidade instalou apenas 3.200 dos 5.000 pontos previstos. Para ocultar a demora, foram celebrados três termos aditivos em intervalos de poucos dias.Pagamentos indevidos e antecipados: a administração municipal teria realizado a antecipação de R$ 26 milhões sem a devida contraprestação. Foram identificados repasses relativos a 3.200 pontos quando, na realidade, apenas seis funcionavam no período.

#8220 #8221 Jair Bolsonaro Polícia Civil de São Paulo Prefeitura de São Paulo contrato empresas investigações ong pcc são paulo

Fonte original: https://www.metropoles.com/sao-paulo/dark-horse-sp-detecta-r-13-milhoes-em-notas-suspeitas-de-ong · Coletado em 29/09/2026 10:03 · Gerado em 28/11/2026 00:00

Conteúdo coletado para fins de clipping e monitoramento de mídia. Direitos do conteúdo pertencem ao respectivo veículo/publicador.